

14 de Outubro de 2004

Dia Internacional de Erradicação da Pobreza

DIA INTERNACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA 17 DE OUTUBRO

De acordo com os dados disponíveis, cerca de 20% da população portuguesa encontrava-se em 2001 em risco de pobreza (15% na UE). O efeito associado às políticas de redistribuição de rendimentos na redução do risco de pobreza situa-se na ordem dos 4 pontos percentuais (9 p.p. na UE).

20% da população portuguesa em risco de pobreza

Em 2001 cerca de 20% da população portuguesa encontrava-se numa situação de risco de pobreza, isto é, dispunha de um rendimento por indivíduo inferior a 3589 € (cerca de 300 € por mês). Portugal, conjuntamente com a Irlanda (21%), Grécia (20%), Espanha e Itália (19%) e Reino Unido (17%), apresenta uma taxa de risco de pobreza superior à média da UE 15, que se situa nos 15%.

A medida aqui usada para determinar a fracção da população que enfrenta um risco de pobreza é a convencionada para os países da União Europeia (UE) e definida como a proporção da população que tem rendimentos inferiores a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário líquido equivalente, em cada país.

A escolha de uma linha de pobreza correspondente a 60% da mediana do rendimento é, obviamente, uma convenção destinada a estabelecer um padrão que facilite as comparações internacionais. Usando alternativamente os limiares de 40%, 50% e 70% da mediana do rendimento, chegaríamos a valores de 6%, 13% e 28%, para a percentagem da população em risco de pobreza em Portugal contra 5%, 9% e 23% na UE15.

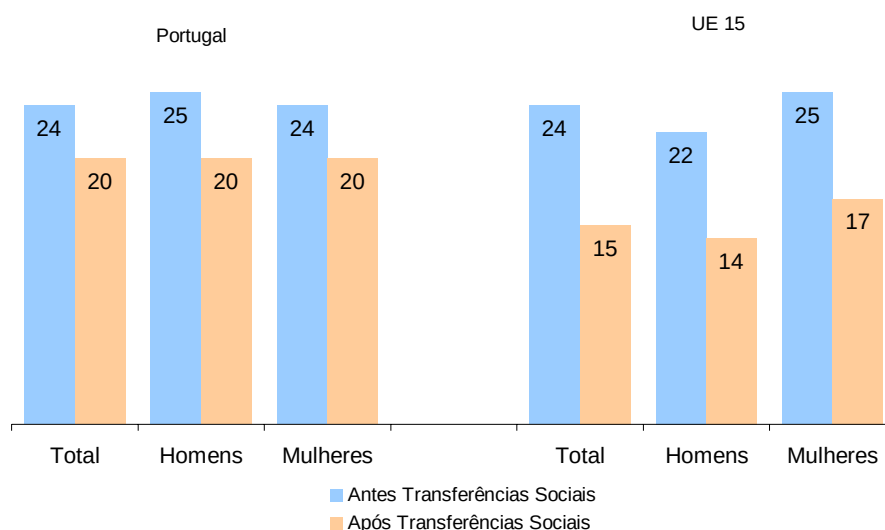
Os indicadores monetários foram construídos com base no rendimento anual líquido das famílias. O conceito de rendimento utilizado considera exclusivamente os rendimentos monetários. Excluem-se, assim, outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autoalocação.

De forma a reflectir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Transferências sociais reduzem em 4 pontos percentuais o risco de pobreza

Os valores apresentados são calculados após ter em conta o efeito da actividade redistributiva do Estado, que se estima atenuar o risco de pobreza em Portugal em 4 pontos percentuais. De facto, com base no rendimento sem ter em consideração as transferências sociais, estima-se que 24% da população se situaria abaixo da linha de pobreza. O efeito destas transferências parece ser mais pronunciado na UE15 do que em Portugal, uma vez que partindo do mesmo valor de 24% antes de transferências se chega a um valor de 15% após ter em conta as transferências sociais.

População em Risco de Pobreza antes e após as Transferências Sociais, Portugal e UE 15, 2001 (%)



Persistência do risco de pobreza afecta 15% da população em Portugal

Cerca de 3/4 da população que se encontrava em risco de pobreza em 2001, já tinha estado nessa mesma situação em pelo menos 2 dos 3 anos anteriores. Dito de outra forma, 15% da população residente em Portugal em 2001 enfrentava uma situação de risco de pobreza persistente. Em contraste, este risco atinge 9% da população residente no conjunto da UE 15 - cerca de 3/5 da população em risco em 2001.

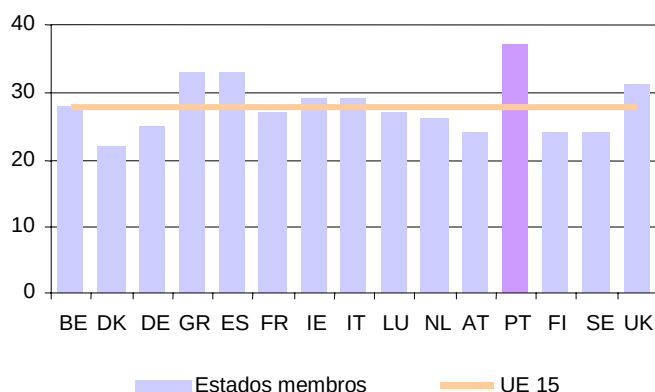
DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO

Portugal regista a maior assimetria na distribuição dos rendimentos da UE

Portugal observou em 2001 a mais acentuada desigualdade da distribuição do rendimento (37%), medida pelo coeficiente de Gini, quando comparado com os parceiros comunitários. Portugal é seguido pela Espanha e Grécia (33% em ambos) e ainda pelo Reino Unido (31%). A maior equidade, traduzida por este indicador, observa-se na Dinamarca (22%), Áustria, Finlândia e Suécia (24%), estimando-se para a globalidade da UE15 um coeficiente de 28%.

Os indicadores de pobreza relativa, que identificam a proporção da população em situação de risco, podem ser complementados por medidas de desigualdade na distribuição do rendimento no total da população. Um dos indicadores utilizados para este efeito é o **Coefficiente de Gini**, que varia entre zero (todos os indivíduos de uma população com igual rendimento) e 100 (todo o rendimento concentrado num só indivíduo).

Coefficiente de Gini, União Europeia 15, 2001 (%)



Maior distância de rendimentos entre os “mais ricos” e os “mais pobres” face à média da UE

Outro indicador da dispersão na distribuição de rendimentos encontra-se comparando o rendimento das famílias que se encontravam nos 20% do topo da distribuição das famílias com maior rendimento na população com o rendimento daquelas que se encontravam nos primeiros 20% dessa distribuição. Em Portugal e em 2001 o rendimento do primeiro grupo de famílias era 6,5 superior ao do segundo, enquanto que na UE 15 o valor correspondente se quedava nos 4,4, corroborando assim a indicação de uma distribuição de rendimentos com maior dispersão em Portugal do que na EU 15. Quer em Portugal, quer na UE, observa-se uma tendência para a redução deste indicador desde 1995.

Principais Indicadores

	PORTUGAL							UE15						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Taxa de risco de pobreza (%)														
<i>Antes de transferências sociais</i>	27	27	27	27	27	27	24	26	25	25	24	24	23	24
<i>Depois de transferências sociais</i>	23	21	22	21	21	21	20	17	16	16	15	15	15	15
Taxa de persistência de risco de pobreza (%)	x	x	15	14	14	14	15	x	x	9	9	9	9	9
Desigualdade na distribuição de rendimentos^(*)	7.4	6.7	6.7	6.8	6.4	6.4	6.5	5.1	4.8	4.7	4.6	4.6	4.4	4.4

Fonte: Eurostat

(*) S80/S20 (ver notas metodológicas)

NOTA METODOLÓGICA

Fonte: Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados 2001 (PEADP): trata-se de um inquérito anual às famílias, efectuado nos estados da União Europeia que visa obter informação sobre as condições de vida das famílias, nomeadamente sobre rendimento, habitação e condições de conforto, indicadores de privação, trabalho, educação e formação, saúde e relações sociais. A sua estrutura longitudinal permite obter informação sobre as mesmas famílias e indivíduos ao longo de vários anos.

Rendimento Monetário Líquido: inclui os rendimentos - obtidos pelos agregados e por cada um dos seus membros - provenientes do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais.

Rendimento equivalente: obtém-se dividindo o rendimento total de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a *escala de equivalência modificada* da OCDE. O rendimento equivalente permite ter em conta as diferenças de dimensão e composição dos agregados.

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

Transferências sociais: inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

Persistência do risco de pobreza: percentagem de indivíduos que vivem em agregados em risco de pobreza num determinado ano e que estiveram também em risco de pobreza em 2 dos 3 anos anteriores.

Coefficiente de Gini: é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor as características dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Rácio S80/S20 – é um outro indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.